

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2003

Dispõe sobre as atribuições e responsabilidades dos Gestores dos Contratos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da competência delegada pelo Ato nº 124, de 12 de junho de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Gestor de Contrato, doravante denominado Gestor, é o servidor designado pela Administração com a responsabilidade de garantir a fiel execução dos contratos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça, observando-se as atribuições estabelecidas no Anexo I.

§ 1º A designação do Gestor será formalizada mediante portaria, conforme indicação feita no Projeto Básico/Termo de Referência pela unidade solicitante da contratação

§ 2º O Gestor deverá possuir conhecimento técnico acerca do objeto a ser contratado e habilidades para planejar, organizar, coordenar, negociar, acompanhar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade.

Art. 2º Os processos administrativos de contratação e de pagamento deverão permanecer sob a responsabilidade do Gestor.

Art. 3º A execução do objeto somente poderá ser iniciada após a assinatura do contrato, sob pena de apuração de responsabilidade.

Art. 4º As alterações contratuais deverão ser previamente solicitadas à Divisão de Contratos, devidamente justificadas, e somente se efetivarão com a celebração do respectivo Termo Aditivo.

Art. 5º A Divisão de Contratos prestará orientação e apoio aos gestores e lhes encaminhará, imediatamente após a assinatura, cópia dos contratos ou aditivos celebrados, bem como da portaria de designação do gestor.

Parágrafo único - A Secretaria de Administração e Finanças avaliará semestralmente a aplicação da presente Instrução Normativa.

Art. 6º Após o encerramento do contrato, não havendo pendência de pagamento, o gestor deverá encaminhar os autos à Subsecretaria de Orçamento e Finanças, para conhecimento, a qual os enviará ao Gabinete da Secretaria de Administração e Finanças com proposta de arquivamento.

Art. 7º A Subsecretaria de Orçamento e Finanças disponibilizará informações relativas aos pagamentos, visando dar condições aos gestores para manter o contratado devidamente informado.

Art. 8º Serão imputadas ao Gestor as responsabilidades administrativa, civil e penal pelo que praticar em desacordo com suas funções, por ação ou omissão.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas a [Ordem de Serviço n.º 01, de 11 de julho de 1997](#), e demais disposições em contrário.

JOSÉ ROBERTO RESENDE